



**ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº
73/2020 PMN**

Aos 10 dias do mês de novembro de 2020, às 11h, reuniu-se a pregoeira com sua equipe de apoio, designados pela Portaria número 954 de 12 de fevereiro de 2020, com intuito de analisar e julgar recurso referente Pregão Presencial nº 73/2020, cujo **OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS UTILITÁRIOS, ANO/MODELO 2018 OU SUPERIOR (SEM MOTORISTA), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA CIDADE DE NAVEGANTES/SC..** Protocolado pela empresa **KMJ TRANSPORTE LTDA ME - CNPJ: 75.494.187/0001-86.**

PRELIMINARMENTE

A Pregoeira e a equipe, ao receberem o recurso, verificaram que o mesmo foi protocolado **tempestivamente** em 04/11/2020.

Em síntese, manifesta-se a empresa através de recurso, arguindo ser ilegal a **HABILITAÇÃO** da empresa **WS LOCAÇÕES** visto que a empresa não apresentou inscrição estadual ou municipal.

DECISÃO

A fim de resguardar seus direitos ou interesses para que seja impugnando um edital, interpondo um recurso ou formulando qualquer pleito perante a Administração Pública, é **imprescindível** que o interessado fundamente o seu pedido de forma contundente.

A legislação referente ao pregão, por exemplo, exige que até mesmo a manifestação da intenção de recurso se dê de forma motivada (fundamentada).

A propósito, a doutrina especializada é no sentido de que uma impugnação/recurso que não aponta vícios, equívocos ou divergências não deve ser conhecido.

Assim, além de narrar os fatos com clareza, o particular deve indicar os vícios dos documentos, correlacionando-a com a norma legal, doutrina, princípios e/ou jurisprudências.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50

Neste caso, a empresa apresentou questionamentos porém, sem apresentação de fundamentos que os justifiquem., VISTO QUE, OS DOCUMENTOS MENCIONADOS PELA RECORRENTE SE ENCONTRAM NOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA RECORRIDA, INCLUSIVE O EDITAL MENCIONA OU INSCRIÇÃO MUNICIPAL OU ESTADUAL, E A EMPRESA APRESENTOU AS DUAS.

Para que haja a possibilidade de interposição de recurso, se faz necessária a existência de alguns pressupostos objetivos e subjetivos.

No caso em tela, vale ressaltar os pressupostos objetivos, que englobam a existência de um ato administrativo a ser recorrido, a tempestividade, a forma escrita e a fundamentação, nas palavras de Marçal Justen Filho:

“O recorrente tem o dever de fundamentar sua insatisfação. Não se conhece um recurso que não apontar defeitos, equívocos ou divergências na decisão recorrida”.

IMPORTANTE MENCIONAR QUE O EDITAL PREVÊ QUE ASSUNTOS MERAMENTE PROTETÓRIOS PODEM SER ARQUIVADOS SUMARIAMENTE, CONFORME ITEM 8.7;

Conforme se pode observar a empresa recorrente não apresentou fundamentos que demonstrassem as irregularidades, portanto, o recurso não merece provimento

Diante do que foi exposto, mantem-se a habilitação da empresa recorrida. Encaminha-se o presente para a autoridade superior competente que ratifica a decisão.

Publique-se;

É a decisão.

Navegantes, 10 de novembro de 2020.

Pregoeira Franciele Justino

Equipe de Apoio:

Keila Aparecida Paixão Fernandes

Inglid Lima Gonçalves

Agath Stefany Jensen

“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50

Ratificando:

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO